

**A. I. N°** - 232893.0101/04-9  
**AUTUADO** - A S SANTOS SALA  
**AUTUANTE** - MARIA ROSALVA TELES  
**ORIGEM** - IFMT-DAT/SUL  
**INTERNET** - 21.07.05

## 2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF N° 0226-02/05

**EMENTA:** ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. OPERAÇÃO INTERESTADUAL CUJO DESTINATÁRIO DA MERCADORIA ENCONTRA-SE COM INSCRIÇÃO CADASTRAL BAIXADA. TRÂNSITO DE MERCADORIAS. Infração comprovada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado, em 31/01/2005, para exigir o ICMS no valor de R\$ 5.080,20, acrescido da multa de 60%, por falta de recolhimento do imposto na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso, sobre mercadorias adquiridas para comercialização, procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte com a inscrição estadual baixada, conforme o Termo de Apreensão e Ocorrências n° 232893.0101/04-9 acostado às fls. 5 e 6 dos autos.

O autuado apresentou defesa (fl. 28), esclarecendo que o seu CNPJ foi dado baixa, e que fica impossibilitada de efetuar compras utilizando-o. Afirma que não foi responsável pela aquisição das mercadorias constantes na nota fiscal 672446, da Moinho Pacifico Ltda, e que seu CNPJ estaria sendo utilizado indevidamente por terceiros. Diz estar ciente do processo n° 9232060000, que já esta em fase de cobrança em divida ativa, bem como dos processos n°s 393001004041 e 919788505, homologados na Infaz Teixeira de Freitas. Assevera que nunca esteve naquela inspetoria e que não pode ser responsável pelos referidos processos.

Auditor fiscal estranho ao feito, em sua informação fiscal (fls. 37 a 38), explica que foi lavrado em 23/01/2005, um Termo de Apreensão e Ocorrências, fl. 07, em nome da empresa transportadora, registrando a divergência entre a mercadoria discriminada na nota fiscal apresentada, n° 003560, referente a ração animal e a encontrada no veículo, constatada após conferência física da carga, conforme Termo de Conferência de Veículos à fl. 11. Posteriormente foi lavrado outro Termo de Ocorrências, em nome da empresa destinatária, fl. 5, por ter o detentor das mercadorias apresentado a nota fiscal n° 672446, onde estão discriminadas as mercadorias transportadas. A empresa destinatária, apesar de alegar que seu CNPJ está sendo utilizado indevidamente, impetrou Mandado de Segurança objetivando a liberação das mercadorias apreendidas, conforme o documento de fl. 20, denunciando o seu interesse e a sua condição de proprietária das mercadorias. Entende que a infração subsiste.

## VOTO

No mérito, o presente Auto de Infração foi lavrado para exigir o ICMS em decorrência da falta de recolhimento do imposto por antecipação, sobre mercadorias adquiridas para comercialização, procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte com a inscrição estadual baixada, conforme o Termo de Apreensão de Mercadorias e Ocorrências acostado às fls. 5 e 6 dos autos.

Segundo o relato do autuante, após a conferência da carga, constante da nota fiscal n° 672446, correspondente à mercadoria transportada, 300 sacos de farinha de trigo, cujo pagamento do

imposto deve ocorrer na primeira repartição fazendária do percurso, foi apresentada apenas a nota fiscal nº 3560, referente a Ração Nutricional Animal Bovino. Outrossim, há o agravante do destinatário estar com sua inscrição baixada desde 18/07/2000, conforme extrato do INC.

Efetivamente, encontra-se nos autos, a nota fiscal nº 672446, emitida por Pacífico Indústria e Comércio Ltda, tendo como destinatário A S Santos Sala, inscrição estadual nº 50227310 (fl. 13), situada na Rua A, 06 Quadra H, Sete de Abril, Salvador, Bahia, correspondente a 300 sacos de farinha de trigo.

Verifico no INC – Informações do Contribuinte, de fls. 17/18, que o autuado encontrava-se com sua inscrição cadastral baixada desde 18/07/2000, através do Edital nº 30/2000, e neste caso deve efetuar o pagamento do imposto na primeira repartição fiscal da fronteira ou do percurso, sendo legítima a exigência fiscal.

Quanto ao argumento de que não teria adquirido as mercadorias, o autuado não conseguiu comprová-lo, tendo inclusive impetrado o Mandado de Segurança para a sua liberação, o que reafirma o seu interesse. Contudo, cabe a ressalva de que no momento da autuação, deveria ter sido atribuída a responsabilidade ao transportador, mas a partir do momento em que a empresa destinatária da nota fiscal nº 672446, declarou o seu interesse, inclusive impetrando o Mandado de Segurança, passou a ter interesse na lide.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **232893.0101/04-9**, lavrado contra **A S SANTOS SALA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **RS 5.080,20**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 30 de junho de 2005.

JOSÉ CARLOS BACELAR - PRESIDENTE

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO – RELATORA

JOSÉ BIZERR LIMA IRMÃO - JULGADOR